


COMISSÃO DE ÉTICA FBN



**Informativo CE-FBN nº 5 /
Agosto-Setembro, 2022**

Informativo com notícias e indicações de fontes de consulta e eventos sobre a conduta e a gestão da ética no serviço público, além da divulgação das atividades de rotina da CE-FBN.

Conhecendo o código

Nesta edição, a CE inicia uma série de notas que destacam trechos do Código de Ética do Servidor Público Federal.

Deveres

O código prevê uma relação de deveres fundamentais do servidor público. Dentre os quais:

g) ser cortês, ter urbanidade, disponibilidade e atenção, respeitando a capacidade e as limitações individuais de todos os usuários do serviço público, sem qualquer espécie de preconceito ou distinção de raça, sexo, nacionalidade, cor, idade, religião, cunho político e posição social, abstendo-se, dessa forma, de causar-lhes dano moral;
-Seção II, XIV, g)

Cortesia, urbanidade, cuidado e atenção são elementos de uma atitude respeitosa. Seja na relação com colegas de trabalho ou no atendimento a qualquer pessoa, o respeito é um princípio básico.

Vedações

O código apresenta “vedações”, condutas com implicações que passam pelas esferas administrativas, disciplinares e éticas. Por exemplo, é vedado aos servidores e, por extensão, a todo agente público:

a) o uso do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influências, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem;
(Seção III, XV, a)

Objetivamente, a quais situações essa vedação se refere? Casos graves como a corrupção e o nepotismo são evidentes. Contudo, podemos pensar em situações que talvez não configurem ilegalidades dessa ordem, mas, ainda assim, ferem princípios éticos e por isso devem ser combatidas. .

COMISSÃO DE ÉTICA FBN

Ética na tela

A Comissão de Ética Pública (CEP) concluiu a primeira temporada do projeto Ética na Tela, uma série de encontros virtuais para a exposição de assuntos relacionados à ética pública. O objetivo dos encontros é aproximar os integrantes do Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal (SGEP), difundir orientações e alinhar conhecimento sobre a gestão da ética, bem como promover a troca de experiência entre a CEP, as comissões setoriais e outras pessoas interessadas. O primeiro episódio apresentou as noções gerais sobre o SGEP. O segundo tratou do fluxo do Processo de Apuração Ética. Já o terceiro abordou os aspectos gerais do Processo Ético.

Minuto da Ética

O “Minuto da Ética” deste mês traz uma reflexão sobre o atendimento humanizado no serviço público (Boletim SGEP nº 50, setembro 2022). Leia o texto na página seguinte.

Para mais informações sobre a Comissão de Ética da FBN e os principais documentos (entre decretos, leis, manuais e resoluções) relativos à ética pública e seus instrumentos de promoção, consulte o Portal FBN.

O “Minuto da Ética” é um texto divulgado mensalmente pela Coordenação-Geral do Sistema de Gestão da Ética / Secretaria-Executiva da Comissão de Ética Pública - CEP com o intuito de disseminar orientações sobre a conduta ética e apoiar o trabalho das comissões setoriais.

SERVIÇO PÚBLICO HUMANIZADO

Você sabe o que é atendimento humanizado no serviço público? Essa expressão pode ser definida como o **processo de tornar o tratamento no serviço público mais humano e respeitoso**, pautado pela ética profissional.

Pensar sobre humanização do serviço público é pensar sobre como gostaríamos de ser tratados. É refletir: “Eu gostaria de ser atendido dessa maneira?” ou “Eu gostaria de prestar um serviço nestas condições?”. **É um belo exercício de empatia!**

Por falar em exercício, o Código de Ética do Poder Executivo federal menciona que “A cortesia, a boa vontade, o cuidado e o tempo dedicados ao serviço público caracterizam o esforço pela disciplina.” (Decreto 1.171/1994, IX). Isso quer dizer que **a postura do agente público deve ser intencional** para que, por exemplo, o atendimento aos cidadãos e o tratamento entre colegas, subordinados e superiores sejam feitos sempre de forma cordial.

Sobre esse assunto, imagine a seguinte situação: o cidadão trata o agente público de forma humanizada. Da mesma forma, o agente público trata o cidadão. Por fim, as instâncias governamentais proporcionam aos agentes públicos e cidadãos condições trabalhistas e sociais que lhes sejam favoráveis. Um cenário como esse parece

um sonho, não é? **Mas pode e deve ser uma realidade.** Veja, mais uma vez, o que diz o Código de Ética sobre o assunto:

“XIII - O servidor que trabalha em harmonia com a estrutura organizacional, respeitando seus colegas e cada concidadão, colabora e de todos pode receber colaboração, pois sua atividade pública é a grande oportunidade para o crescimento e o engrandecimento da Nação.”

A humanização do serviço público pressupõe um **círculo virtuoso**, com a participação de toda a sociedade. Se cada um de nós passarmos a enxergar as oportunidades para edificar um país mais justo, livre e solidário, nossas atitudes serão direcionadas para o estabelecimento de **relações harmônicas** dentro e fora da Administração Pública. Assim, todos os envolvidos poderão desfrutar dos benefícios de pertencer a uma nação que respeita seus cidadãos.